ASSINATURA
TOTAL

. Acesso ilimitado, pelo prazo **de 1 (um)** ano, a todos os **6.000 cursos online disponíveis**, além dos que são lançados diariamente!

. **Visualizações ilimitadas** para você estudar quando e como quiser!

Saiba mais acessando:
www.grancursosonline.com.br/assinatura-ilimitada

PREPARE-SE EM SUA CASA COM QUEM MAIS APROVA EM CONCURSOS PÚBLICOS

. **Mais de 30.000** videoaulas sob demanda.
. **6.000 cursos por pacote**, por matéria ou extensivos.
. **27 anos de tradição** em concursos.

DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS:

- "Espaço do aluno" (moderno e prático);
- Acesso a um banco com + de 170.000 questões;
- Simulados online corrigidos em tempo real;
- Ranking de notas;
- Indicadores sobre a sua preparação;
- Monitor de desempenho;
- Recursos para anotações;
- Certificação gratuita;
- Compatível com iOS, Android e Windows Phone;
- Parcelamento em até 12x sem juros.

GRAN CURSOS ONLINE
www.grancursosonline.com.br

4007-2501
Capitais e regiões metropolitanas
(valor de uma ligação local)

0800-607-2500
Demais localidades

POLICIA CIVIL
ESTADO DE GOIÁS

PC-GO | AGENTE E ESCRIVÃO DE POLICIA SUBSTITUTO

NO ALVO: 10 DICAS PARA A SUA PROVA

GRAN CURSOS ONLINE
www.grancursosonline.com.br

Direito Processual Penal (Prof. Flávio Milhomem)

Dica 1 A Lei n. 12.830/2013 dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Nela consta que o indiciamento é ato privativo do delegado de polícia (art. 2º, § 6º); bem como que o inquérito policial somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação, que prejudique a eficácia da investigação (art. 2º, § 4º).

Direito Penal (Prof. Paulo Igor)

Dica 2 O uso de revólver de brinquedo, durante a subtração de coisa alheia móvel, NÃO justifica a incidência da majorante prevista para o crime de roubo no Código Penal, mas serve para caracterizar a grave ameaça necessária para caracterização do roubo simples.

Direito Penal (Crimes) – (Prof. Bruno Mello)

Dica 3 – Súmula 582 do STJ Publicada recentemente, essa súmula sedimenta o entendimento de que o crime de roubo se consuma com a inversão da posse do bem, ainda que o agente não tenha a posse mansa e pacífica, mesmo que por breve tempo, seguida da perseguição imediata do agente e recuperação da coisa roubada.

Direito Administrativo (Prof. Rodrigo Cardoso)

Dica 4 Ocorre abuso de poder na modalidade **excesso de competência** ou **de poder** quando o agente, embora competente para praticar o ato, pratica-o além do permitido, não observando os limites impostos pela lei; ou pratica atos que não lhe são atribuídos legalmente (ato alheio a sua competência). O **desvio de poder** ou **finalidade** ocorre quando o agente pratica ato buscando alcançar fim diverso daquele que lhe foi determinado por lei.

Direito Constitucional (Prof. Luciano Dutra)

Dica 5 Queridos alunos, será que o Ministério Público (MP) pode realizar diretamente a investigação penal? A resposta é sim, muito embora ainda haja vozes no sentido contrário. O poder de investigação do MP advém da própria CF, que estabelece que o órgão ministerial tem competência privativa para promover a ação penal pública (art. 129, I). Segundo o princípio dos poderes implícitos, a Constituição delimita os fins e atribui, implicitamente, os meios necessários para o cumprimento dos mandamentos constitucionais. Vale dizer que, se o MP pode o mais (promover em grau de privatividade a ação penal pública), pode o menos (investigar a prova da materialidade e os indícios de autoria).

Lei Estadual n. 10.460/1988 – Estatuto dos Servidores Efetivos do Goiás (Prof. Rodrigo Cardoso)

Dica 6 Não se esqueça de que a reintegração é o reingresso, no serviço público, do funcionário demitido, com ressarcimento de vencimento e vantagens inerentes ao cargo, por força de decisão administrativa ou judiciária. Estando o cargo do reintegrado ocupado, seu ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem (art. 117 da Lei Estadual n. 10.460/1988).

Declaração Universal dos Direitos Humanos (Prof. Luciano Favaro)

Dica 7 A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução n. 217-A. Nela estão previstos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Um desses direitos é o de asilo, segundo o qual toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. No entanto, esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição, legitimamente motivada, por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Lei Estadual n. 16.901/2010 – Lei Orgânica da PCGO (Prof. Rodrigo Cardoso)

Dica 8 São princípios institucionais da Polícia Civil (art. 3º da Lei Estadual n. 16.901/2010):

- Proteção dos direitos humanos;
- Participação e interação comunitária;
- Resolução pacífica de conflitos;
- Uso proporcional da força;
- Eficiência na repressão das infrações penais;
- Indivisibilidade da investigação policial;
- Indelegabilidade das atribuições funcionais;
- Hierarquia e disciplina funcionais;
- Atuação técnico-científica e imparcial na condução da atividade investigativa.

Informática (Prof. Jeferson Bogo)

Dica 9 Algumas diferenças entre o sistema operacional Windows e Linux:

O **Windows** é um software proprietário, seu código fonte é fechado, possui apenas uma interface gráfica (mesmo no Windows 10) e possibilita que vários usuários tenham perfil de administrador.

O **Linux** é um software livre, seu código fonte é aberto, pode possuir várias interfaces gráficas (KDE, GNOME...) e possui apenas um administrador (*Root*), sendo possível atribuir privilégios dele para os usuários normais.

Língua Portuguesa (Prof. Elias Santana)

Dica 10 Querido(a), a banca Cespe possui alguns assuntos prediletos: crase, concordância (principalmente a verbal), pontuação (principalmente vírgula), funções do QUE, funções do SE e conjunções. Todos os assuntos envolvem raciocínio e o último, memorização. Essa organizadora também adora questões de reescritura; para resolvê-las, aprecie primeiro as possíveis alterações gramaticais, e, em seguida, as diferenças semânticas. Ademais, apesar de a prova ser de múltipla escolha, o Cespe elabora cada questão semelhante a um conjunto de itens certos ou errados. A diferença é que um deles estará errado e os outros quatro, certos (ou o contrário)! Em outras palavras: o perfil da banca ainda é o mesmo!

BOA PROVA E GRAN SUCESSO!